

ENTRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO: ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Data de aceite: 01/07/2024

Maria Aparecida Ramires Zulian

Síbila Floriano Landim

Escuela de Terapia Ocupacional, Facultad de Psicología, Universidad de Talca, Talca, Chile

ORCID ID 0000-0002-9292-0853

RESUMO: Terapia Ocupacional (TO) desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e no apoio aos estudantes com deficiência em ambientes educacionais. Este artigo explora a importância da TO na educação especial, concentrando-se em suas contribuições para fomentar ambientes inclusivos. Aspectos relevantes incluem o papel da TO na avaliação das habilidades funcionais, recomendação de intervenções, colaboração com educadores e famílias, e defesa por mudanças políticas que melhorem o acesso educacional. Ao destacar esses elementos, o artigo enfatiza a importância das práticas colaborativas na busca da equidade educacional para todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia Ocupacional, Inclusão, Escolar Educação Especial, Políticas Educacionais

BETWEEN THE PAST, THE PRESENT AND THE FUTURE: THE ROLE OF OCCUPATIONAL THERAPY IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS

ABSTRACT: Occupational therapy (OT) is crucial in promoting inclusion and supporting students with disabilities in educational settings. This article explores the significance of OT in special education, focusing on its contributions to fostering inclusive environments. Key aspects include the role of OT in assessing functional abilities, recommending interventions, collaborating with educators and families, and advocating for policy changes that enhance educational access. By highlighting these elements, this article emphasizes the importance of collaborative practices in achieving educational equity for all students.

KEYWORDS: Occupational Therapy, Inclusion, Special Education, Educational Policies

INTRODUÇÃO

A partir de uma revisão bibliográfica e da constatação em nossa própria experiência, embasando nossas afirmações e relatos referentes a atuação da Terapia Ocupacional na inclusão do estudante com deficiência, ao longo do tempo, passado e presente, pretende-se uma reflexão quanto às pretensões e sonhos do papel deste profissional para o futuro nesta área.

Com um breve resgate temporal da formação do terapeuta ocupacional (TO) no que diz respeito a atuação do mesmo no processo de aprendizagem do estudante com deficiência e na participação dos modelos de políticas de educação especial, propomos construir uma linha do tempo. O objetivo é apontar a evolução do olhar das metodologias e das possíveis intervenções do terapeuta ocupacional, que segue de certo modo a evolução das conquistas de direitos das pessoas com deficiência e a evolução na construção do modelo de educação especial inclusivo em processo desde em torno de 2000 até os dias de hoje.

A partir de uma análise bibliográfica apontamos múltiplas possibilidades de intervenção e contribuição da Terapia Ocupacional na inclusão do estudante com Necessidades Educacionais Especiais - NEE nos tempos atuais. E finalmente numa busca de ideais e sonhos para a categoria e para o mundo para todos, convidamos os leitores a um sonho coletivo de perspectivas e vislumbres para um futuro próximo, o reconhecimento da profissão nas escolas contribuindo para a inclusão do estudante com deficiência e/ou Necessidades especiais, desde o ensino infantil até a idade adulta.

MARCO TEÓRICO

Vamos iniciar nosso olhar para os campos de atuação da Terapia Ocupacional que têm se modificado e multiplicado ao longo dos anos, numa trajetória que tem início no modelo médico de atuação onde o TO está imerso na área da saúde, e vê na reabilitação seu maior papel. Mas de que reabilitação estamos falando?

Rocha em 2006 quando aborda conceitos de reabilitação lembra que *“aprendeu em sua graduação que a ação terapêutica sobre o deficiente (termo usado no período de sua publicação) consiste em avaliar suas incapacidades físicas, cognitivas ou afetivas, considerar ainda suas impossibilidades no desempenho das atividades da vida diária e prática para traçar um plano de tratamento com o objetivo de recuperar o máximo possível sua independência”* ... A integração social, que na época era a finalidade última do processo de reabilitação, era uma decorrência destes objetivos alcançados. Nesta abordagem resgatada pela autora, a mesma ainda lembra que o foco das ações de intervenção estava na pessoa com deficiência, ou seja, que o patológico estaria no corpo da pessoa, e a responsabilidade do processo de reabilitação seria individual.

Vale aqui lembrar que a história nos conta que a exclusão da pessoa com deficiência se deu durante muito tempo e que perpassa às ações de instituições asilares chamadas de caritativas filantrópicas, sendo essas segregadoras, passando por instituições modernas com abordagens científicas e tecnicista, que priorizavam a correção e normalização

corporal, até chegar no presente momento, com o olhar da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, onde predomina contexto de estado de saúde, mostrando que o sujeito é mais que um corpo.

Faria (1999, apud MUNGUBA, 2007) que refere o terapeuta ocupacional como o profissional que pode se fundamentar na visão sistêmica considerando o ser humano um sistema aberto em permanente inter-relação com o entorno e gerando também mudanças constantes. Lembra ainda que este sistema é constituído por subsistemas como por exemplo a vontade que gerencia a inclinação para a ação; o hábito que mantém o ato de agir; o desempenho que estrutura o ato de agir em habilidades e competências. Para Munguba, (2007) a visão deste profissional possibilita o fortalecimento da interface entre a saúde e a educação.

Pode-se verificar que ao longo do tempo a educação vem lidando de formas diferentes com os alunos com deficiência, tanto nas estratégias de ensino como nas políticas da área que se transformaram ao longo dos últimos 40 anos. Podemos constatar que a essência das mudanças neste setor está diretamente relacionada com o olhar para as pessoas com deficiência e seus direitos.

“Com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de estudantes encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares”. (MEC/SECADI. A consolidação da Inclusão Escolar no Brasil 2003 a 2016 (p.6)

Nos anos 90, simultaneamente às mudanças políticas educacionais voltadas a atender a demandas do momento, houve a necessidade de elaboração e a implementação de ações voltadas para a universalização do acesso na escola. Nesta década, em 1994, aconteceu a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, propondo aprofundar a discussão sobre inclusão escolar, problematizando os aspectos acerca da escola não acessível a todos os estudantes (MEC, 2016). Diante disso, os cursos de Terapia Ocupacional e outros cursos da saúde, passam a rever sua formação profissional, uma vez que neste período vivemos a migração do modelo médico para o modelo social. Na década de 1990, as conferências internacionais inauguraram a perspectiva de “educação inclusiva”, deslocando a responsabilidade da inclusão para as escolas, cabendo a estas o fornecimento de condições ideais para a inclusão de todas as pessoas. (Mazzotta, 2011).

Nesta linha do tempo que nos remete a resgatar os diferentes modos de atuação da Terapia Ocupacional no que se refere às suas práticas de intervenção, podemos visualizar um período onde a intervenção do TO ainda estaria centrada na pessoa considerando que o patológico está em seu corpo, então a responsabilidade do processo de reabilitação

seria individual (ROCHA, 2016) e o papel do terapeuta ocupacional está voltado para a introdução de estratégias que minimizem as incapacidades destes alunos. (ROCHA; LUIZ; ZULIAN, 2003) Período este de intervenção especializada e tecnicista oferecido em geral por instituições muitas vezes localizadas muito longe dos centros urbanos, ou seja, longe da realidade social e mesmo em clínicas particulares. Esse modo de atuação da TO focava na melhora das funções do corpo, funções neuro musculoesqueléticas, sensoriais e cognitivas, entendendo que, assim, a aprendizagem seria potencializada, ampliando as chances de uma integração social do indivíduo.

Neste modo operante, o TO atuava com o atendimento às Necessidades educativas especiais (NEE), desvinculadas da escola regular, pois estas instituições ofereciam o serviço escolar de maneira a segregar as pessoas com deficiências, tornando-se Escolas Especiais, separadas das escolas dos “típicos” (estudantes sem patologias) nas escolas regulares. Neste modelo de ação a TO, assim como os outros profissionais da saúde, os estudantes eram retirados das salas de aula para receberem atendimentos clínicos, e em seguida eles retornavam, tendo seu tratamento focado totalmente na reabilitação, desconsiderando as demandas educacionais. Nos últimos quase 20 anos o Brasil vem se destacando pelos avanços relacionados à efetivação do direito de todos à educação, este já estabelecido na Constituição Federal de 1988. O início da mudança deste paradigma rumo aos caminhos da inclusão escolar levou os estudantes com deficiência para as escolas regulares, em salas de classes especiais, ainda separados dos colegas, mas dentro do ambiente escolar.

No início da década de 2000, já entendendo e se valendo do olhar da CIF, o terapeuta ocupacional substitui o olhar negativo da deficiência e da incapacidade por uma perspectiva positiva, e conceitualiza a funcionalidade como uma ‘interação dinâmica entre a condição de saúde de uma pessoa, os fatores ambientais e os fatores pessoais. (CIF, 2013).

Neste período os atendimentos em consultórios de modo individual permanecem mantendo os objetivos no desenvolvimento ou potencialização de habilidades e treinos de funções específicas, porém em todas as áreas da TO, inclusive na escola, ocorre uma transição do modelo biomédico para o modelo biopsicossocial. A TO então amplia seu campo de atuação, estabelecendo interações cada vez mais intensas com a escola, promovendo atendimentos com o olhar mais funcional ao estudante, realizando parceria com escolas especiais, mas também com a escola regular. Essas ações são voltadas agora para as mediações em salas de aula, orientações a professores e toda equipe pedagógica, além da realização de treinamentos e educação continuada, sem conflitos de horários, ‘hora da escola é hora da escola e hora de clínica é hora da clínica’.

Nesta transição surge o olhar para os fatores ambientais, coletivos e pessoais que passam a ser imprescindíveis na construção de um ambiente acolhedor e acessível a todos os estudantes, surgindo a necessidade de ajustes direcionados aos ambientes comunitários, às legislações que regem as instituições educacionais e aos espaços urbanos. Tal avanço reverberou em um redirecionamento das ações terapêuticas ocupacionais nesse contexto, ocasionando a superação da visão meramente reabilitativa (Lourenço & Cid, 2010).

Aqui queremos resgatar questões fundamentadoras da Terapia Ocupacional, lembrando que este é o profissional que tem a ocupação humana como objeto de estudo. Compreendendo que as ocupações perpassam toda a vida do ser humano, desde o nascimento até a morte, mudando ao longo do tempo. Lembramos ainda que diversos são os contextos e ambientes de atuação humana, que influenciam suas habilidades e maneiras de desempenhá-las. As ocupações são determinantes para o exercício dos papéis desenvolvidos dentro da sociedade, além dos hábitos, rituais e rotinas exercidas na mesma (CAVALCANTI et al., 2015).

Neste período da história, a Terapia Ocupacional perpassa por um dilema relacionado a legalização de novos campos de atuação, uma vez que os olhares e habilidades ampliam nossos horizontes de trabalho e nossa percepção de possibilidades e contribuições. Os profissionais da área identificaram que a atuação direta no contexto escolar é de enorme necessidade, uma vez que nossos saberes singulares e nosso olhar abrangente podem oferecer soluções práticas concretas para superação das múltiplas barreiras que lá surgem. Isso repercutiu nas escolas onde a atuação da Terapia Ocupacional era efetivada, principalmente na Região Sudeste do Brasil onde existiam/existe a maior demanda deste serviço.

A atuação da TO no campo da educação segue na sequência das aquisições legais, que são conquistas do movimento mundial pela educação inclusiva em defesa do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional, fundamentado na concepção de direitos humanos que conjuga igualdade e diferenças como valores indissociáveis e que avança em direção a ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da sala de aula. (BRASIL, 2010 p.32)

A Resolução da CNE/CEB nº2/2001 no seu artigo 2º determina que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo à escola organizar-se para o atendimento aos educandos com NEE, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos. Surgem então inúmeras problemáticas para tal, que podem ser compreendidas como barreiras, que impedem ou prejudicam o desempenho dos estudantes neste papel ocupacional.

Essas barreiras podem ser consideradas físicas, (arquitetônicas, que prejudicam o acesso igualitário de crianças com deficiência) ou podem ser atitudinais, (relacionadas às interações existentes no ambiente escolar, à abordagem ao estudante e à atenção dispensada a ele no processo educativo). (FOLHA; GOMES; SOUTO, 2018). Podemos também considerar outras barreiras, como as relacionadas aos materiais pedagógicos e as estratégias de ensino comumente oferecidas aos estudantes da escola.

Cavalcanti et al. (2015, p. 45), lembra que “os papéis ocupacionais são um conjunto de comportamentos esperados pela sociedade, modelados pela cultura e pelo contexto [...] conceituados e definidos pelo cliente”. Portanto, quando uma criança vai para a escola, ela amplia seus papéis ocupacionais que antes se resumiam ao contexto familiar como o papel de filho, irmão, neto, etc. Quando ela é inserida no ambiente escolar é o papel de aluno que começa a ser definido, englobando as pessoas com e sem deficiência.

De acordo com ZULIAN; VEDOVATTO; SILVA, (2007), pensar em oferecer oportunidades de aprendizagem a todos é preocupar-se com a garantia de que o estudante, independentemente de suas diferenças e demandas sociais ou funcionais, terá na escola, garantidas as condições de participar ativamente das atividades propostas, desenvolvendo, ao seu tempo e modo, conhecimentos que vão lhe garantir independência e autonomia.

Seguindo as mudanças que ocorreram ao longo dos anos desde o Decreto de Salamanca (1994) e a legislação brasileira sobre inclusão escolar, a Terapia Ocupacional vem se destacando não só pelo trabalho com estudantes com NEE, mas também com uma demanda que não era vista, as crianças sem diagnóstico de deficiência, típicas, mas que apresentam dificuldades escolares devido a fatores emocionais, sociais, psicomotores entre outros.

Esse trabalho tem sido realizado com esmero por um grande número de terapeutas ocupacionais no Brasil nos últimos anos, e esta área tem solicitado cada vez mais profissionais, tamanha a demanda crescente de matrículas de estudantes com deficiência na escola regular.

Tal inserção de profissionais da área de saúde nas equipes multiprofissionais que atuam no campo da educação inclusiva é legitimada por documentos legais como a Declaração de Salamanca (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1994), a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 (Resolução nº 2, 2001) e a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Lei Brasileira de Inclusão, Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (2015) e muitos documentos dos quais contaram com estes mesmos profissionais na sua elaboração.

Em 2015 a Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA) definiu a educação como uma das áreas de ocupação humana, fazendo parte do rol de atuação do terapeuta ocupacional. Desta forma, de acordo com os fundamentos da profissão, a prática na educação composta por - atividades necessárias para a aprendizagem e participação no ambiente educacional, somada às outras áreas já presentes em tal documento como, AVDs, AVPs, AIVDs, Brincar, Participação Social, Funções do Corpo, Funções sensoriais, Funções neuro músculo esquelética que inclui a função da voz, da fala e estruturas do corpo dá uma grande fundamentação e fortalecimento para que a TO se reinvente para atuar com o grande acervo de conhecimento que carrega da área da saúde, agora no contexto escolar.

A atuação da TO neste contexto já remonta desde o processo de implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva entre (2002-2003) porém somente em dezembro de 2018, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) reconheceu a especialidade de terapia ocupacional no contexto escolar por meio da Resolução nº500. Nesta são apresentados diversos espaços de ação deste profissional, já que sua maior preocupação se refere ao desempenho ocupacional do estudante, que é promovida nos diversos espaços de aprendizagem. Com sua formação baseada na garantia da funcionalidade humana e possibilidade de execução dos papéis ocupacionais, o terapeuta ocupacional tem a possibilidade de atuar em diferentes frentes, sempre com o objetivo de contribuir para que a educação inclusiva seja promovida de maneira eficiente.

Aos poucos o conceito de deficiência vem se transformando e o olhar de que a condição física, sensorial e intelectual seja justificativa para o sujeito não ter espaço na escola inclusiva e que cabe à pessoa com deficiência, adaptar-se às condições existentes na sociedade, passa a ser modificado tendo a CIF contribuído diretamente. *“Com o paradigma da inclusão social vislumbra-se uma organização na qual todos são responsáveis por todos, assim, a participação das pessoas com deficiência depende da organização de redes sociais de suporte”* (ROCHA; LUIZ; ZULIAN, 2003).

Aos poucos a presença do Terapeuta Ocupacional no contexto escolar passa a ser cada vez mais visível e as descobertas quanto às múltiplas possibilidades que seu saber e habilidades podem oferecer nestes espaços, contribuindo diretamente na construção da escola inclusiva, passam a ficar evidentes. Mesmo porque nós já entendemos que:

“...não é suficiente a criança com deficiência estar matriculada e frequentando a escola regular de ensino, pois apenas isto não garante seu processo de aprendizagem e socialização. Sem os apoios necessários, ela pode estar alijada dos processos educacionais comuns à totalidade dos alunos e a escola poderá se configurar, assim, como um espaço de exclusão ou de inclusão perversa. (ROCHA; LUIZ; ZULIAN, 2003 p.74)

Apesar da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva ter sido efetivada pelo Decreto nº 6.571 de setembro de 2008 (BRASIL, 2010), em 2003 já surgem propostas que visam assegurar as condições de acessos e participação de todos os estudantes no ensino regular. Assim, finalmente os sistemas educacionais passam por transformações significativas no enfrentamento do desafio de constituir uma modalidade transversal de educação inclusiva do infantil ao nível superior. A partir deste período Terapeutas Ocupacionais passam a ser ouvidos e solicitados em diferentes frentes de ação, tanto no que se refere a apoio na adequação de acessibilidade dos espaços ambientais e ferramentais da educação, quanto na contribuição com novas formações e capacitações dos educadores para o novo desafio proposto. Pois, o estudante com deficiência tem sua vaga garantida na sala de aula regular, junto com outros muitos colegas e deve então receber o apoio e suportes às suas NEE nas salas de recurso multifuncionais a serem criadas dentro da escola. Para tanto, toda a estrutura escolar precisa ter deslocado seu olhar para a pessoa do estudante e não mais focada na deficiência do mesmo.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2010 p.21)

A nova política de educação especial na perspectiva inclusiva propõe soluções diversas para as múltiplas dificuldades que surgem na escola inclusiva tais como: implantação de salas de recurso multifuncionais; formação continuada de professores; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a escola inclusiva; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para acessibilidade e estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2010).

Notadamente, nos últimos 20 anos aumentaram muito as publicações acerca da atuação do terapeuta ocupacional no contexto escolar.

Trevisan e Barba, (2012) deixam claro que para o bom desempenho da TO na escola o profissional precisa se incorporar às discussões sobre educação inclusiva e refletir sobre sua atuação na escola regular. É imprescindível lembrar que a educação regular tem suas especificidades, como currículo, plano de aula, horário de professores, reunião de pais e mestres, entre outras que o TO precisa conhecer, para que sua contribuição na educação inclusiva se efetive de fato. Estes mesmos autores colocam que o *“trabalho em parceria entre professores, Terapeutas Ocupacionais e outros serviços de apoio aos estudantes com necessidades educacionais especiais tem sido considerado fundamental no sistema educacional.”* (p.91)

O momento atual pede um empenho profissional multi e interdisciplinar e as parcerias e as trocas são indispensáveis, haja vista que conhecimentos diversos podem ser redirecionados na proposta de solução de novos problemas enfrentados na nova escola, a escola inclusiva.

De acordo com as publicações encontradas e apresentadas por diversos autores em seus artigos, as ações realizadas pelo profissional da Terapia Ocupacional diretamente na escola ou com o estudante com deficiência e seus familiares neste contexto têm sido as mais diversas possíveis nos últimos 20 anos e estudos apontam para a efetividade destas ações.

Não pretendemos neste momento levantar os inúmeros autores encontrados que abordam atualmente esse tema, mas sim a partir de alguns deles embasar nossas descrições das formas de atuação da TO nos dias de hoje no contexto escolar.

É importante lembrar que o profissional da Terapia Ocupacional (TO) olhe para o todo e assim entenda as necessidades da complexidade do contexto escolar para definir se ele vai atuar na capacitação, na orientação, no treinamento, no planejamento ou execução de ações pontuais, atividades muito presentes neste setor. No entanto, é sabido que a

atuação do TO na escola não é *clínica, nem voltada a aspectos específicos dos alunos, tampouco de convencimento de atitudes corretas e, muito menos direcionada a rever questões pedagógicas. Trata-se sim, de um trabalho a ser desenvolvido com os educadores, os alunos, os pais, a comunidade, cuja finalidade é a facilitação do aparecimento das dificuldades, dos sentimentos, das emoções que permeiam o relacionamento com a proposta de inclusão.*” (ROCHA; LUIZ; ZULIAN, 2003, p. 75).

De acordo com ZULIAN; LANDIN; TELLES; GENTILE; SOUZA, (2022) em um levantamento bibliográfico realizado na plataforma Google Acadêmico que selecionou publicações dos períodos de 2009 e 2019, as principais ações de intervenção do TO no contexto escolar foram organizadas da seguinte forma: 1- Habilitar: que contempla ações de treinos e manuseios específicos; 2- capacitar: que contempla ações de formação, instruções e instrumentalizações; 3- apoiar: que contempla dar suporte e fazer junto; 4- orientar: que contempla orientações e consultorias; 5- avaliar: que contempla realizar avaliações específicas e ou grupais; 6- reabilitar: que nos remete a reabilitação terapêutica; 7- dar recursos que contempla estratégias, confecção de materiais e adaptações de alta e baixa complexidade de materiais; 8- indicar recursos diversos mas principalmente de tecnologia assistiva e 9- criar recursos de acessibilidade em infraestrutura e em ferramentas.

As atuações pautadas no referencial da consultoria colaborativa são muito presentes e citadas por vários autores (TREVISAN & BARBA,(2012);DELLA BARBA & MINATEL, (2013); BALEOTTI; ZAFANI, (2017); FONSECA; SANT’ANNA; CARDOSO; TEDESCO, (2018), onde o processo de busca de soluções às questões que surgem no processo de inclusão escolar são divididos e ou compartilhados entre profissionais, pais e ou responsáveis de modo a que as ações a serem implementadas sejam de interesse educacional dos estudantes no contexto inclusivo.

A consultoria colaborativa vem sendo considerada como um dos elementos para uma inclusão escolar mais bem sucedida, sendo relevante no desenvolvimento de intervenções frente às dificuldades de aprendizagem do aluno e [...] no sentido de unir forças para realizar conquistas político-sociais. (BALEOTTI; ZAFANI, 2017 p. 410)

A Terapia Ocupacional acumulou, ao longo de sua história profissional, conhecimentos e métodos de trabalho que vão ao encontro das necessidades de estudantes com deficiências nas escolas regulares, dos profissionais e familiares dos mesmos. Nesse sentido, são vários os autores apontando que no contexto escolar o Terapeuta Ocupacional apresenta um papel muito significativo na capacitação e na sensibilização de todos os envolvidos na teia escolar. Hagedorn (2001), já menciona que o Terapeuta Ocupacional é visto como aquele que possui recursos, conhecimentos e habilidades para capacitar e potencializar o cliente em busca de soluções para seus problemas. São vários os autores que nos relatam como as capacitações, formações e treinamentos diversos são importantes papéis do Terapeuta Ocupacional na escola. (FOLHA; CARVALHO, (2017); FONSECA; SANT’ANNA; CARDOSO; TEDESCO, (2018); MANTOVANI & CAIADO, (2011); GIVIGI & ALCÂNTARA, (2016).

De acordo com FONSECA e cols.(2018) os maiores obstáculos identificados pelos participantes de seu estudo se referem à falta de preparação dos professores para receber estudantes com necessidades especiais em suas salas de aula regulares. Muitas queixas ficam na questão da necessidade da ampliação de formações de professores de sala de aula tanto quanto as ofertas de formação ocorrem para os professores de Atendimento Educacional Especializado-AEE. Os saberes que são próprios do TO, tais como; as características e especificidades dos diferentes quadros diagnósticos dos alunos, o entendimento de como montar estudos de casos para identificar forças e fraquezas oportunidades e ameaças no trabalho com cada aluno, as diferentes estratégias na potencialização da funcionalidade de cada um, o pensamento colaborativo necessário para ações inclusivas dentro do ambiente escolar com todos os seus atores, são alguns dos temas abordados nestas formações.

Dentre as formações e treinamentos um tema se faz presente e de grande necessidade para a garantia da funcionalidade e do bom desempenho do aluno em suas atividades escolares, é a Tecnologia Assistiva. Afinal proporcionar ajudas técnicas que possam potencializar as habilidades dos estudantes com deficiência, com certeza é uma das muitas habilidades do Terapeuta Ocupacional. Adequar os espaços físicos, levando em conta questões de acessibilidade e instrumentalização, tanto do estudante quanto da escola para superar as barreiras que se apresentam também estão nesta seara.

Baleotti e cols. (2016); e outros autores trazem com ênfase a importância dos recursos de Tecnologia Assistiva para a efetivação da participação do estudante com deficiência nas atividades acadêmicas e na produção dos mesmos.

As orientações referentes ao uso de tecnologia assistiva e/ou mobiliário representaram a principal atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar. O uso de tecnologia assistiva favorece o desempenho funcional nas atividades do dia a dia, inclusive nas atividades acadêmicas, promovendo o aumento da participação, da independência e da autonomia. Nas escolas, o trabalho do terapeuta ocupacional com a tecnologia assistiva envolve a avaliação das necessidades, das habilidades físicas, sensoriais e cognitivas, das questões culturais e sociais, da receptividade do indivíduo quanto ao uso de recursos da tecnologia assistiva, bem como a avaliação das características físicas do ambiente, além de instruções e orientações para as pessoas envolvidas com o uso da tecnologia assistiva (PELOSI, 2006; PELOSI; NUNES, 2009, 2011; TOYODA et al., 2007; FONSECA, S.P et al. 2018 p.392)

Hoje o terapeuta ocupacional também auxilia no processo de inclusão escolar, desmistificando a deficiência e facilitando a permanência do estudante dentro do ensino comum e ampliando seu aproveitamento acadêmico. O fazer junto tem sido entre as estratégias de atuação da TO no contexto escolar uma forma de ao mesmo tempo ensinar, apoiar e executar atividades que exercem papel significativo na garantia da oferta de oportunidades de aprendizagem do aluno com NEE neste contexto. Isso se dá quando as avaliações de capacidades e ou habilidades do estudante e suas incapacidades

são efetuadas e a partir do levantamento das demandas individuais de cada um e são propostas as construções do PDI- Plano de desenvolvimento individual do estudante que traz as bases para a construção e proposição das adaptações razoáveis previstas em lei e indispensáveis para que este acompanhe as atividades acadêmicas, no seu ritmo próprio. Vários autores como Mantovani e Caiado (2011) mencionam que “há a necessidade de se estabelecer uma relação horizontal de trocas e de trabalho coletivo” (p. 86).

Embora a educação tenha progredido em vários aspectos para abranger as necessidades dos sujeitos e potencializar a educação em um ambiente adequado e favorável para o ensino, ainda há muitas falhas. As ações cotidianas escolares que estão previstas em lei, ainda estão sem o cuidado e atenção necessários para uma inclusão efetiva dos estudantes (BARBA; MINATEL, 2013).

Porém, é preciso customizar as novas práticas à nova realidade e utilizá-las adequadamente. Lembrando que em 2020 e 2021 vivemos um período no mínimo atípico devido a pandemia em função da COVID-19, que nos levou a uma mudança radical na forma de oferecer a educação acadêmica e trazendo para dentro dos lares o contexto escolar. Neste momento a Terapia Ocupacional torna a se reinventar auxiliando os professores de sala com objetivos curriculares e os professores de AEE a pensar a melhor proposição de adaptações razoáveis.

Para tanto, o terapeuta ocupacional deve valer-se de seu principal recurso de intervenção, a análise da atividade humana. Torna-se necessário analisar o contexto geral em congruência com as necessidades de cada cliente e, utilizando os fundamentos teóricos da profissão, escolher a prática que melhor se aplica para cada situação.

Apesar de considerarmos que o profissional da Terapia Ocupacional tem muitas formas de contribuir com as necessidades tanto dos estudantes quanto com suas famílias, além dos profissionais da educação no contexto escolar, podemos observar que ainda há um número bem pequeno de T Os trabalhando neste setor, o que nos parece deixar muitos à mercê sem o apoio necessário. Talvez esse cenário se dê devido a novidade do trabalho, o que ainda não deu tempo para que os cursos de Graduação de Terapia Ocupacional se preparem para apresentar com mais qualidade essa área de atuação aos seus estudantes, talvez seja devido a muito recente adequação legal da especialidade pelo conselho responsável.

O que podemos fazer hoje é continuar constatando as múltiplas formas de atuar da T O na escola, identificando as possibilidades de superação dos desafios que se apresentam a cada dia para que cada ator deste contexto possa executar seu papel ocupacional com qualidade, resgatando as fundamentações e saberes da profissão para buscar a superação de novos desafios.

Mas o que esperar para o futuro desta profissão nesta área de atuação?

Talvez que seu preparo de base na graduação seja ampliado no que se refere a apresentação desta área de atuação, talvez um aumento da divulgação desta possibilidades de trabalho também ampliem sua execução, talvez o impulsionamento de mudanças políticas e administrativas possam visualizar a presença do profissional da Terapia Ocupacional contratado pelas secretarias de educação e assim passando a fazer parte das equipes de apoio a escola inclusiva possam trazer novos horizontes de estratégias e ações efetivas.

REFERÊNCIAS

- AOTA. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo. Revista Terapia Ocupacional Universidade São Paulo, v.26, p. 1-49, jan./abr., 2015. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/issue/view/AOTA/pdf_64. Acesso em 14 março.2021 file:///C:/Users/mariz/Downloads/97496-Texto%20do%20artigo-168812-1-10-20150424.pdf
- BALEOTTI, Luciana Ramos; ZAFANI, Mariana Dutra. Terapia ocupacional e tecnologia assistiva: reflexões sobre a experiência em consultoria colaborativa escolar. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 409-416, ago./nov. 2017.
- BRASIL. 2010. Marcos políticos-legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva
- BRASIL. 2016. MEC/SECADI-Documento de consolidação da Inclusão Escolar no Brasil 2003 á 2016.
- BRASIL. Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2008. Disponível em Acesso em 28 de jul. de 2012.
- CAVALCANTI, A.; DUTRA, F. C. M. S.; ELUI, V. M. C. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio e processo. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 26, p. 1-49, 2015.
- CIF,2003. disponível em <http://www.fsp.usp.br/cbcd/wp-content/uploads/2015/11/Manual-Pra%CC%81tico-da-CIF.pdf> acessado em 30/02/2021
- CARDOSO, Paula Tatiana; MATSUKURA, Thelma Simões. Práticas e perspectivas da terapia ocupacional na inclusão escolar. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 23, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2012
- Diário Oficial da União. Resolução. Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências. Resolução Nº 500, De 26 De Dezembro De 2018. Disponível em: <<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=10488>>. Acesso em: 08 de out. 2019.FOLHA; GOMES; SOUTO, 2018
- FOLHA, Débora Ribeiro da Silva Campos; CARVALHO, Daniella Amorim. Terapia Ocupacional e formação continuada de professores: uma estratégia para a inclusão escolar de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2017 set./dez.;28(3):290-8
- FONSECA, Simone Pires , SANT'ANNA, Maria Madalena Moraes , CARDOSO, Paula Tatiana, TEDESCO, Solange Aparecida. Detalhamento e reflexões sobre a terapia ocupacional no processo de inclusão escolar. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 2, p. 381-397, 2018
- GIVIGI, R. C. DOS NASCIMENTO E ALCÂNTARA, J. N na trama da educação inclusiva: a formação de professores em tecnologia assistiva Educação Especial em Debate Vitória-ES. a. 1, v.1. n. 01 2016
- HAGEDORN, 2001, Fundamentos para a prática em terapia ocupacional. São Paulo: Roca, 2001.
- LOURENÇO, G. F., & CID, M. F. B. (2010). Possibilidades de ação do terapeuta ocupacional na educação infantil: Congruência com a proposta da educação inclusiva. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, 18(2), 169-179.

MAZZOTA, M. J. S. (2011). Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas (6a ed.). São Paulo: Cortez.

MANTOVANI, Juliana Vechetti; CAIADO, Kátia Regina Moreno. Formação de professores para a escola inclusiva: contribuições da terapia ocupacional ao aluno com deficiência física. Revista de Educação PUC- Campinas, Campinas, v. 1, n.16, p.79-89, jan./jun., 2011.

MUNGUBA, M.C Inclusão escolar cap.57 in Cavalcanti, A & Galvão, C. Terapia Ocupacional fundamentação e prática. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2007

NEPOMUCENO,R; GALLO,G.C e outros. Terapia Ocupacional em Educação Inclusiva; contextos de atuação da terapia ocupacional na escola. Ed. Inclusão Eficiente.2019

DELLA BARBA, Patrícia Carla de Souza, MINATEL, Martha Moraes. Contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de crianças com autismo. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 601-608, 2013

ROCHA, Eucenir Fredini ; LUIZ, Angélica; ZULIAN, Maria Aparecida Ramires. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-8, maio/ago, 2003.

ROCHA , E, Fredini, Reabilitação de pessoas com deficiência. São Paulo: Roca, 2006

TREVISAN, Juliana Graciela; DELLA BARBA, Patrícia Carla de Souza. Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 89-94, 2012

ZULIAN, M A R ; VEDOVATTO, T Z N; SILVA, E C de Ávila. Uma reflexão quanto às principais dificuldades vivenciadas pelos professores de sala de aula regular no processo de educação inclusiva: Identificar dificuldades para pensar soluções. Revista de Educação do Vale do Arinos, v. 4, n. 1, p. 89-103, jan./jun. 2017.

ZULIAN; LANDIN; TELLES; GENTILE; SOUZA. Os múltiplos papéis e contribuições da terapia ocupacional no contexto escolar. Journal of Human Sciences Research (ISSN 2764-0558)